



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MANHÃ

A05 - ANALISTA DO MPU - COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA**MÓDULO I****Língua Portuguesa****1**

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescrituração NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições paraíscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação. Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração do nexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Conhecimentos Específicos

41

Marshall McLuhan, no clássico *Os meios de comunicação como extensões do homem*, propôs a classificação dos meios como quentes ou frios, sendo os primeiros aqueles que “prolongam um único de nossos sentidos e em alta definição”. (MCLUHAN, 1969) Portanto, na perspectiva do autor, seriam meios quentes:

- (A) a fala e o telefone;
- (B) os ideogramas e a televisão;
- (C) a caricatura e o desenho animado;
- (D) o cinema e a fotografia;
- (E) os hieróglifos e o rádio.

42

Leia o texto a seguir.

“Novas sementes começaram a brotar no campo das mídias com o surgimento de equipamentos e dispositivos que possibilitaram o aparecimento de uma cultura do disponível e do transitório: fotocopiadoras, videocassetes e aparelhos para gravação de vídeos, equipamentos do tipo *walkman* e *walkie-talkie*, acompanhados de uma remarcável indústria de *videoclips* e *videogames*, juntamente com a expansiva indústria de filmes em vídeo para serem alugados nas videolocadoras, tudo isso culminando no surgimento da TV a cabo.” (SANTAELLA, 2003)

A era descrita acima é chamada pela autora de cultura:

- (A) digital;
- (B) virtual;
- (C) de massa;
- (D) das mídias;
- (E) do audiovisual.

43

“Os jornalistas funcionam apoiados em algum tipo de método, altamente pessoal, para testar e fornecer a informação – sua própria disciplina individual de verificação. Essa disciplina consiste, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão.” (KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. São Paulo: Geração Editorial, 2003, p. 112)

Um determinado jornal impresso resolveu produzir uma grande reportagem para a edição dominical. O tema abordado foi a preservação de fachadas de arquitetura barroca no Brasil. Dessa maneira, o repórter recorreu a fontes de informação do tipo oficial/direta, independente/indireta e oficiosa/adicional, compreendendo, respectivamente:

- (A) porta-voz da associação de moradores de Olinda/PE; bispo auxiliar de Olinda e Recife; governador do Estado de Minas Gerais;
- (B) bispo auxiliar de Olinda e Recife; governador do Estado de Minas Gerais; relação dos patrimônios tombados do Arquivo Central do Iphan;
- (C) relação dos patrimônios tombados do Arquivo Central do Iphan; entusiasta de história do Brasil-colônia e morador de Ouro Preto/MG; porta-voz da associação de moradores de Olinda/PE;
- (D) governador do Estado de Minas Gerais; relação dos patrimônios tombados do Arquivo Central do Iphan; entusiasta de história do Brasil-colônia e morador de Ouro Preto/MG;
- (E) entusiasta de história do Brasil-colônia e morador de Ouro Preto/MG; porta-voz da associação de moradores de Olinda/PE; relação dos patrimônios tombados do Arquivo Central do Iphan.

44

“Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos ‘meios de comunicação de massa’, que são sua manifestação mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade. Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a administração dessa sociedade e qualquer contato entre os homens só se podem exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, é porque essa ‘comunicação’ é essencialmente unilateral; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administração.” (DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 17)

A obra intitulada A sociedade do espetáculo, do escritor francês Guy Debord, aborda conceitos como ideologia, alienação, mediação sociocultural, dentre outros. Ao aceitarmos a premissa de que a espetacularização é uma estratégia de poder, o papel de agente cabe aos meios de comunicação de massa.

De acordo com o exposto acima, o espetáculo na sociedade tem como desígnio:

- (A) assegurar a bilateralidade nas relações entre emissor e receptor como recurso discursivo inclusivo e de resiliência;
- (B) reforçar a abstração geral para manutenção de um sistema econômico fundado no isolamento das multidões solitárias;
- (C) tornar a população partícipe de um jogo no qual o consumidor é autônomo na escolha dos bens culturais a serem usufruídos;
- (D) desprezaver os donos dos meios de produção de uma nova forma de organização de classes para o enfrentamento da dominação midiática;
- (E) separar-se do Estado Moderno, que, por si só, é indutor da cisão na sociedade, produtor de divisão do trabalho social e órgão de dominação de classe.

45

Leia o texto a seguir.

“A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade (...) caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade no emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.” (CASTELLS, 2000)

A nova forma de sociedade a que se refere o texto acima é denominada pelo autor de:

- (A) aldeia global;
- (B) inteligência coletiva;
- (C) bios midiático;
- (D) sociedade em rede;
- (E) capitalismo de plataforma.

46

A campanha comemorativa dos 70 anos da Volkswagen do Brasil, intitulada "VW Brasil 70: o novo veio de novo", atraiu queixas de consumidores no Conar – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – e forte repercussão na imprensa e redes sociais, com posições contrárias e favoráveis, ao se utilizar de recursos de inteligência artificial (IA) generativa híbrida para recriar a figura da cantora Elis Regina, já falecida, cantando a música "Como nossos pais" junto com sua filha, Maria Rita.

Em agosto de 2023, a decisão do órgão foi:

- (A) proibir a veiculação da peça comercial em todas as mídias, por considerá-la enganosa para o público e desrespeitosa com a imagem da cantora Elis Regina;
- (B) arquivar o processo, por entender que o anúncio cumpriu as exigências de apresentação verdadeira do produto e não alterou de modo desrespeitoso a personalidade de Elis Regina;
- (C) proibir a veiculação da peça comercial em todas as mídias, por se tratar de *deepfake*, com elementos que podem induzir ao erro o público jovem, ao qual o anúncio se destinava;
- (D) liberar a veiculação da peça comercial apenas em ambiente digital, exigindo sinalização com marca d'água informando que foi produzida com inteligência artificial;
- (E) arquivar o processo, pois, com a morte de Elis Regina, sua imagem passou a ser de domínio público e, portanto, matéria-prima liberada gratuitamente para o uso de IA generativa.

47

Sobre os formatos que integram o gênero opinativo no jornalismo, considere as definições a seguir.

1. Costuma ser elaborado por um especialista, que julga um acontecimento passível de controvérsia a partir de seu repertório.
2. É produzido por um jornalista experiente que analisa certa ocorrência – em geral, relacionada a algum assunto trabalhado, na mesma edição, por um formato informativo –, relacionando-a a fatos anteriores e fazendo projeções de possíveis desdobramentos.
3. Registra um posicionamento institucional do veículo e não é assinado.

As definições referem-se, respectivamente, aos seguintes formatos opinativos:

- (A) editorial; coluna; nota;
- (B) artigo; comentário; editorial;
- (C) dossiê; crônica; nota;
- (D) resenha; análise; carta;
- (E) editoria; reportagem; comunicado.

48

Ao comparar a redação jornalística para os meios impressos e para a *web*, o professor João Canavilhas propõe a estruturação das matérias digitais em forma de pirâmide deitada, com quatro níveis de leitura.

Levando em conta as seis perguntas tradicionais do *lead*, as informações referentes ao “como?” e “por quê?” seriam fornecidas no(a):

- (A) unidade base;
- (B) nível da explicação;
- (C) nível da contextualização;
- (D) nível da exploração;
- (E) nível da navegação.

49

A classificação Marques de Melo, provavelmente uma das mais difundidas no Brasil, propõe a existência de cinco gêneros jornalísticos de acordo com a sua função, a saber: vigilância social; auxílio nas tomadas de decisões cotidianas; papel educativo e esclarecedor; distração e lazer; e fórum de ideias.

Essas funções correspondem respectivamente aos seguintes gêneros:

- (A) interpretativo; opinativo; informativo; diversional e utilitário;
- (B) opinativo; interpretativo; utilitário; informativo e diversional;
- (C) utilitário; opinativo; informativo; diversional e interpretativo;
- (D) diversional; interpretativo; utilitário; informativo e opinativo;
- (E) informativo; utilitário; interpretativo; diversional e opinativo.

50

Observe as manchetes abaixo, encontradas no ambiente *on-line*.

- “Dez coisas que a maioria dos médicos não conta sobre dieta”
- “O segredo para ganhar na loteria!”
- “Ele fez R\$ 10 mil reais em uma semana! Saiba também como conseguir!”
- “Pare tudo o que você está fazendo! Notícia urgente no time X de futebol!”

O recurso de utilizar títulos chamativos para gerar mais audiência no conteúdo, que costuma ser sensacionalista e enganoso, é chamado:

- (A) *deepfake*;
- (B) *eco chambre*;
- (C) *clickbait*;
- (D) *phishing*;
- (E) *branded content*.

51

“[O] produto informativo parece ser resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que têm por objeto o que deve ser inserido e de que modo deve ser inserido no jornal, no noticiário ou no telejornal. Essas negociações são realizadas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e rigidez, e ocorrem em momentos diversos do processo de produção.” (WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação de Massa. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 200).

É sabido que faz parte do rol de funções de um jornalista se valer de valores-notícia para, em um caso específico, definir o espelho de programas informativos. Para um telejornal brasileiro, é preciso realizar seleções que vão desde a escolha dos acontecimentos que não serão noticiados até a hierarquização e distribuição dos que serão veiculados na edição. Como parte do processo de elenco dos valores-notícia, considere dois acontecimentos, a saber: “um desastre envolvendo um Boeing 737-800, na cidade de Muan, Coreia do Sul, resulta em 179 vítimas fatais”; “evento comemorativo de 2 anos do telejornal reúne presidente da emissora e funcionários de alto escalão”.

Os assuntos acima listados observam como fatores de noticiabilidade, respectivamente:

- (A) morte; impacto;
- (B) infração; impacto;
- (C) infração; notabilidade;
- (D) disponibilidade; proximidade;
- (E) notabilidade; disponibilidade.

52

Leia o texto a seguir sobre a fotografia.

“Quando havia o negativo, havia o rastro físico: aquele negativo correspondia a pessoas, objetos e/ou cenários que foram fixados em frações de segundo. Mesmo com a tecnologia digital, as informações correspondentes àquela captação de imagem também ficam armazenadas chapa por chapa; há uma individualidade da impressão luminosa”.

(BUITONI, 2012)

A autora aponta que a gênese da fotografia, na qual ela é entendida como conexão física, traço, marca, depósito ou rastro, pode ser o que fundamenta a atividade fotojornalística, na medida em que a foto produzida e divulgada com finalidades jornalísticas precisa partir dessa conexão com o real já incorporada pelo senso comum.

Essa gênese da fotografia, à qual a autora se refere, é seu caráter:

- (A) indicial;
- (B) icônico;
- (C) transformador;
- (D) conscientizador;
- (E) simbólico.

53



A imagem acima mostra uma pequena queda d'água com o efeito fotográfico conhecido como “véu de noiva”.

Para obtê-lo, com sua câmera DSLR, o fotógrafo optou por:

- (A) usar o diafragma aberto para aumentar a profundidade de campo;
- (B) desfocar a queda d'água para obter o efeito borrado, usando o obturador em velocidade alta e um tripé para evitar que a foto ficasse tremida;
- (C) usar o diafragma fechado para diminuir a profundidade de campo;
- (D) usar obturador em velocidade baixa para obter o efeito de movimento borrado e um tripé para evitar que a foto ficasse tremida;
- (E) usar obturador em velocidade média para obter o efeito de movimento congelado e um tripé para evitar que a foto ficasse tremida.

54

O direito autoral sobre as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia estão protegidas pela Lei nº 9.610/1998, que estabelece que:

- (A) a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais;
- (B) o respeito à privacidade e à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem de qualquer cidadão mesmo em fotografias usadas para fins puramente jornalísticos deve ser preservado;
- (C) o autor de obra fotográfica pode reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas;
- (D) o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de 100 anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação;
- (E) a fotografia, quando utilizada por veículos jornalísticos, está dispensada da indicação do nome de seu autor, desde que se informem a procedência e a data de captação da imagem.

55

As transformações no ecossistema informativo envolvendo as assessorias de imprensa e o jornalismo trazem desafios para o relacionamento entre assessores e públicos de interesse.

Entre os novos desafios, destaca-se o fato de:

- (A) a alteração do foco na divulgação jornalística para a mídia tradicional priorizar cada vez mais os conglomerados de rádio e TV;
- (B) a divulgação direta de conteúdos por parte da assessoria estar mais fácil, mas, devido à alta competitividade no mercado informativo, torna-se mais difícil conquistar e manter a atenção do público;
- (C) o papel do assessor de comunicação ser o de interagir exclusivamente com jornalista, enquanto os porta-vozes se encarregam da gestão das mídias sociais;
- (D) os modos de interação com os jornalistas estarem cada vez mais formais e os sistemas de produção de conteúdo mais formatados e rotineiros;
- (E) as mídias estarem cada vez menos segmentadas em termos de público e de linguagens, favorecendo a produção de conteúdos formatados para a audiência padrão.

56

Os processos de auditoria de imagem de uma organização tendem a partir da coleta do que é veiculado sobre ela em veículos ou canais de comunicação.

O resultado dessa coleta é conhecido como *clipping*, que:

- (A) representa de modo inequívoco a qualidade do trabalho de uma assessoria de imprensa, se analisado isoladamente;
- (B) trata da análise qualitativa do esforço de divulgação, baseada fundamentalmente na multiplicação da centimetragem do espaço obtido pela tabela de anúncio dos veículos;
- (C) pode ser demandado a uma empresa especializada no serviço de clipagem, que fará o monitoramento da presença do cliente em todas as mídias – impressa, eletrônica e web;
- (D) caiu em desuso, sendo integralmente substituído no cotidiano das assessorias de imprensa pelos relatórios de métricas ofertados gratuitamente pelos ambientes digitais;
- (E) considera, hoje em dia, exclusivamente vídeos, conteúdos *on-line* abrigados em portais e interações em mídias sociais.

57

Texto 1

“A reportagem documental permite (e talvez exija) maior originalidade nas aberturas. É possível usar recursos factuais ou de ação, roubados à fact-story ou à action-story. A de fatos costuma limitar-se aos mesmos, mas sempre há maneiras especiais de fazê-lo (...). Sair da convencional abertura informativa, em busca de estilo mais literário, pode ser uma alternativa para interessar o leitor.” (SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem. Notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986, p. 68)

Texto 2

“O ano era 1957. Morávamos no bairro de Pinheiros, em São Paulo, em uma casa pequena, insuficiente para acomodar pai com escritório, mãe, sete filhos de todas as idades e a Babá, que passara a ocupar a função de cozinheira. Minha mãe durante a metade daquele ano procurou outra moradia para sair da que se viu obrigada a se instalar às pressas, havia dois anos, quando chegamos da Itália. Certa noite ela anunciou que finalmente encontrara uma casa que Papai teria condições de alugar, onde caberíamos todos. Lembro-me bem da minha decepção quando, no bairro do Pacaembu, dobramos a esquina e Mamãe, realizada, disse para olharmos a casa nova. Vi uma casa velha de arquitetura meio normanda, com aspecto de total abandono e, do lado oposto da rua, outra novíssima de arquitetura estilo dos anos 1950, que, por segundos, quis que fosse a nossa.

Não consigo imaginar, hoje, um cenário que não seja este, o da rua Buri, 35, para a história da minha família. Papai e seu escritório, seus alunos, amigos, pesquisadores, as paredes forradas de livros, Mamãe, nós sete, a Babá, a Generosa, gatos, agregados, frequentadores de todas as gerações, cantorias, brincadeiras, jogos, festas com centenas de pessoas e as constantes reuniões políticas.” (HOLLANDA, Ana de. Chico Buarque aos olhos da irmã menor. Revista Piauí, edição 211, abril de 2024)

No texto 2, a abertura informativa escolhida prima por:

- (A) utilizar paradoxos, o que resulta na classificação “jogar com as palavras”;
- (B) reiterar clichês, o que resulta na classificação “jogar com fórmulas”;
- (C) redigir *lead* pessoal, o que resulta na classificação “realçar a pessoa”;
- (D) anunciar fonte ostensiva, o que resulta na classificação “realçar a audição”;
- (E) destacar aspectos descritivos, o que resulta na classificação “realçar a visão”.

58

Recentemente, o professor Wilson Bueno publicou, em seu LinkedIn, um artigo intitulado “Organizações democráticas não têm medo da Rádio Peão. Mas as chefias autoritárias fogem dela como o diabo da cruz!”.

Em um dos trechos, o autor afirma que “A Rádio Peão não é tão feia como a pintam e, o que é mais significativo, ela faz parte do processo de comunicação de qualquer organização. Ela é democrática porque frequenta organizações de qualquer porte e tem a capacidade de arrebanhar ouvintes atentos em qualquer lugar do País ou do exterior (ou você pensa que só as organizações brasileiras têm a sua companhia?)”.

Sobre a chamada “Rádio Peão”, é correto afirmar que:

- (A) precisa ser estimulada, obrigatoriamente, por forças externas, mais comumente pelos sindicatos, de modo a pressionar os canais internos de comunicação oficial;
- (B) integra o sistema oficial de comunicação interna das organizações e costuma ser transmitida aos funcionários via *intranet*;
- (C) faz parte do sistema oficial de *compliance* das organizações, que recebem as demandas dos funcionários via canal confidencial;
- (D) é instalada em circuito interno nas organizações e transmite programas de interesse dos funcionários, podendo ou não contar com a participação deles;
- (E) é um processo de comunicação que se origina dos funcionários e que, quase sempre, é comandado por eles, com o objetivo de se contrapor à comunicação oficial.

59

Para avaliar o estágio de desenvolvimento das comunicações internas, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), em sua pesquisa de Tendências em Comunicação Interna para 2024, usou os conceitos de Comunicação Interna (CI) 1.0, 2.0, 3.0 e 4.0. Embora não sejam fases cronológicas, cada passagem de fase representa evoluções tecnológicas e incremento na participação dos colaboradores na comunicação interna.

Por isso, nos 9% das empresas pesquisadas que estão na fase CI 4.0, a comunicação:

- (A) é integralmente gerada e controlada pela área de comunicação interna, privilegiando a interação face a face de modo a constranger a participação dos funcionários;
- (B) acontece por meio de redes sociais e ações via liderança, e a área de comunicação interna atua como facilitadora de conversas estratégicas e curadora de conteúdos;
- (C) acontece por canais, eventos e ações via liderança, acrescidos de redes sociais, que dão pequeno espaço para comunicação horizontal;
- (D) segue os canais oficiais de comunicação descendente nos quais apenas a empresa tem voz, e a comunicação interna está focada na elaboração de manuais de conduta;
- (E) acontece por meio de canais analógicos e digitais e tem ações sistematizadas de comunicação via líder, às quais os funcionários são convidados a assistir.

60

Didaticamente, os autores André e Gisele Lorenzetti e Eduardo Ribeiro propõem que a elaboração de um planejamento estratégico de relacionamento com a mídia seja dividida em seis fases. Na primeira fase, o planejamento começa com a pesquisa, o mapeamento e o diagnóstico e, na última, termina com a mensuração de resultados

A quarta fase, que prevê o detalhamento do plano, contempla o(a):

- (A) definição de táticas e ações que serão implementadas e sua frequência no dia a dia de relacionamento com a mídia;
- (B) estabelecimento da missão, visão e valores da organização e levantamentos sobre o seu setor de atuação;
- (C) construção de uma matriz SWOT para avaliar as forças e fraquezas do ambiente externo à organização e as oportunidades e ameaças à comunicação interna;
- (D) contato com o planejamento estratégico da organização e com o modo como a empresa pretende se posicionar, em linhas gerais, no relacionamento com a mídia;
- (E) utilização dos KPIs definidos na primeira fase do planejamento para avaliar mensalmente as ações da assessoria de comunicação e corrigir seus rumos.

61

Ao defender que as organizações adotem uma filosofia da comunicação integrada e a não fragmentação dessa comunicação, Margarida Kunsch propõe um mix da comunicação organizacional, no qual as Relações Públicas, o Jornalismo Empresarial e o Marketing Social estão inseridos na comunicação:

- (A) sinérgica;
- (B) administrativa;
- (C) interna;
- (D) mercadológica;
- (E) institucional.

62

Ao definir o campo da comunicação pública, Jorge Duarte propõe quatro eixos centrais, que indicam pré-requisitos para a ação dos agentes e instituições que lidam com a comunicação de interesse público, a saber: transparência, acesso, interação e ouvidoria social.

Sobre o último, é correto afirmar que:

- (A) envolve o interesse em conhecer e compreender a opinião pública e os diversos segmentos que a compõem para o atendimento às expectativas da sociedade;
- (B) pressupõe a oferta de informações de interesse do cidadão para que ele possa, de modo autônomo, fiscalizar a prestação de contas dos órgãos governamentais;
- (C) é facultativo para os órgãos públicos federais, sendo obrigatório constar como serviço apenas nos sites de órgãos públicos estaduais e municipais;
- (D) envolve a criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos que viabilizem os fluxos de comunicação descendente entre o Estado e os cidadãos;
- (E) investe no aparato tecnológico e na diversidade de fontes de informação oficial para dar publicidade a conteúdos educativos, nos quais predomina a versão dos órgãos públicos sobre as necessidades do cidadão.

63

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, é um importante passo rumo à transparência e à eficácia da comunicação de interesse público, na medida em que:

- (A) não pode ser classificada nenhuma informação como reservada, secreta ou ultrassecreta a menos que requerida por jornalistas;
- (B) obriga os órgãos governamentais a fornecerem a informação requerida, desde que o requerente identifique a finalidade e o motivo da solicitação;
- (C) indica que o requerente seja informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição em caso de negativa de acesso à informação solicitada;
- (D) estabelece prazos curtos para o sigilo da informação, cabendo o de 100 anos apenas para documentos referentes aos resultados de planos econômicos na esfera federal;
- (E) deve ser negado o acesso à informação apenas em situações específicas, tais como o acesso às estatísticas relativas ao indeferimento de pedidos de informação via LAI.

64

Para FORNI (2018), “[c]omunicação de crise é o ato de processar efetivamente as informações sobre um evento negativo, com os principais *stakeholders*: empregados, mídia, clientes, acionistas, fornecedores e tantos outros, conforme a natureza da crise”.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre como uma organização deve conduzir a comunicação de crise.

- I. Todos os públicos que tenham alguma relação com a organização atingida pela crise precisam ser informados e tranquilizados;
- II. A organização deve delegar à mídia o comando da comunicação e entregar informações, mesmo parciais, rapidamente, para que os repórteres cuidem da opinião pública durante a crise;
- III. A comunicação interna deve ser a última a ser planejada pela organização, pois em situações de crise, os colaboradores evitam falar com a mídia e preferem por ela ser informados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

65

Philip Kotler, em seu *Marketing 5.0: Tecnologia para a humanidade*, afirma que “[a] customização e a personalização, no mundo digital, são diretas. O profissional de *marketing* usa a informação digital sobre o cliente para entregar conteúdo dinâmico que se encaixa no seu perfil. Antes, no espaço físico, a customização e a personalização dependiam fortemente do toque humano. Com a infraestrutura de IoT e de IA implantadas, as empresas podem usar essa competência digital para realizar ações de marketing sob medida no mundo físico com muito pouca intervenção humana”. (KOTLER, 2021)

Na perspectiva do autor, o *marketing* sob medida pode ser entregue em três níveis, a saber: *marketing* informativo, *marketing* interativo e *marketing* imersivo.

No marketing interativo:

- (A) usa-se como uma das estratégias mais comuns a geolocalização do cliente para que ele receba uma ligação telefônica direta para comprar uma oferta;
- (B) utiliza-se realidade aumentada ou a robótica para cercar o consumidor com a experiência digital no momento em que ele se encontra na loja física;
- (C) podem-se usar princípios de gamificação para incentivar o cliente a passar ativamente por várias etapas, em uma jornada mais abrangente até a compra do produto;
- (D) tem-se como objetivo acabar com a fronteira entre os mundos físico e digital, de modo que o cliente tenha a sensação de uma experiência onicanal sem descontinuidade;
- (E) foca-se no diálogo com o consumidor e tem-se como objetivo apenas a construção ou fortalecimento da imagem institucional da marca.

66

Quanto à comunicação de crise, James Grunig (2009) sugere quatro princípios que precisam ser considerados: de relacionamento, de responsabilidade, de transparência e de comunicação simétrica.

Esse último se baseia no fato de que:

- (A) para prever ou se preparar para as situações de crise, as organizações devem considerar apenas os interesses da alta cúpula e dos acionistas;
- (B) a revelação do mínimo possível sobre a situação de crise ou dos problemas que ela pode causar tende a diminuir seus efeitos negativos para a identidade da organização;
- (C) relacionamentos duradouros e transparentes com os públicos de interesse tendem a aumentar a vulnerabilidade da organização frente às situações de crise;
- (D) a organização só deve responsabilizar-se pela administração de uma situação de crise na qual esteja envolvida se for diretamente culpada pela situação que a motivou;
- (E) para minimizar os efeitos negativos da crise, a organização precisa manter diálogo verdadeiro com o público e a segurança pública deve ser vista como tão importante quanto o lucro.

67

Leia o texto a seguir.

"[U]m mundo em que todos estão mais próximos de todos (sobretudo dos erros de todos), um mundo onde há muito mais vigilância, onde uma mínima contradição pode adquirir exposição literalmente global, um mundo onde somos todos bombardeados por uma miríade de informações o tempo todo, onde quer que estejamos, exige que decisões cruciais sejam tomadas em tempo cada vez mais escasso. Em resumo: um mundo funcionando 'na velocidade do pensamento' expõe todas as reputações a um sentimento geral de desconfiança, pois todos estão mais vulneráveis diante de cada vez mais escolhas, feitas de forma cada vez mais rápida. E potencialmente perigosas. Há um ambiente de muito maior insegurança. De desconfiança." (ROSA, 2007)

No cenário descrito no texto, é correto afirmar que:

- (A) a reputação é estabelecida com base em recursos retóricos, alinhados com percepções de valor imutáveis e estabelecidas globalmente;
- (B) uma boa reputação é garantia de uma imagem imune aos desgastes e da preferência de compra por parte dos consumidores;
- (C) a reputação deixou de ser importante na medida em que, em um ambiente em que todos estão expostos, as crises são facilmente remediadas e esquecidas;
- (D) reputação é um ativo que, como qualquer outro, necessita de trabalho permanente para que se mantenha positivo e possa servir de lastro ou de reserva na eventualidade de uma crise;
- (E) a gestão da reputação demanda estratégias de *marketing* que prescindem de coerência entre identidade e imagem de uma organização e entre seus valores professados e praticados.

68

Para avaliar e mensurar a vantagem competitiva das empresas, em seu método intitulado quociente reputacional, Charles Fombrun:

- (A) calcula o quociente reputacional com base em 42 itens agrupados em cinco pilares: sinceridade; excitação; competência; sofisticação; e rudeza;
- (B) gera um índice obtido a partir de um grupo de empresas selecionadas e avalia os critérios: sociedade; ambiente; economia; e governança corporativa;
- (C) pressupõe um ranqueamento global feito com base na opinião dos jornalistas selecionados dentre os mais respeitados profissionais vinculados a veículos tradicionais de mídia;
- (D) agrupa seus atributos em seis pilares: produtos e serviços; visão e liderança; desempenho financeiro; responsabilidade social e ambiental; impacto emocional; e ambiente de trabalho;
- (E) avalia, dentre as empresas indicadas pelo índice Dow Jones, política ambiental e gestão; códigos de conduta, *compliance* e corrupção; governança corporativa; gestão de riscos e crise; planejamento estratégico e desempenho ambiental.

69

Na pesquisa social, as amostragens podem ser classificadas em probabilística e não probabilística.

Integra o segundo grupo, a amostragem:

- (A) por cotas;
- (B) aleatória simples;
- (C) por etapas;
- (D) estratificada;
- (E) por conglomerados.

70

Philip Kotler propõe que "[e]m um mundo conectado (...) o mix de *marketing* (os quatro Ps) deve ser redefinido como os quatro Cs: cocriação (*co-creation*), moeda (*currency*), ativação comunitária (*communal activation*) e conversa (*conversation*)". (KOTLER, 2017)

Com um mix de *marketing* conectado, representado pelos quatro Cs, é correto afirmar que:

- (A) o consumidor está cada vez menos participativo no processo de compra de produtos ou contratação de serviços;
- (B) a promoção se mantém como uma relação unilateral, na qual empresas enviam mensagens a consumidores passivos;
- (C) a precificação dinâmica impede a cobrança de clientes distintos de maneiras diferentes, o que diminui a rentabilidade das empresas;
- (D) o envolvimento dos clientes no estágio de concepção de novos produtos tende a atrasar a produção e diminuir o sucesso desses produtos por ocasião do lançamento;
- (E) a cocriação permite aos clientes customizar e personalizar produtos e serviços, criando assim proposições de valor superiores.

71

Leia o trecho da matéria abaixo, publicada no Jornal *O Globo*, que alerta, de certa forma, para problemas causados pela falta de curadoria humana de qualidade nos conteúdos gerados por IA.

"Talvez você não saiba exatamente o que significa e qual é a relação disso com o uso cada vez mais generalizado de ferramentas de inteligência artificial na internet. Mas, de alguma forma, você certamente já esbarrou em algum (...).

É um termo amplo que ganhou força em referência a conteúdo gerado por IA de má qualidade ou indesejado e que aparece em mídias sociais, cada vez mais, em resultados de pesquisa." (O GLOBO, 2024)

O termo ao qual o trecho acima se refere é:

- (A) *slop*;
- (B) *brat*;
- (C) *brain rot*;
- (D) *slam*;
- (E) *gaslighting*.

72

É sabido que uma série de ações comunicacionais voltadas para o público interno precisam ser implementadas no intuito de reforçar a missão e os valores organizacionais, dentre outros pontos que integram um plano de comunicação social corporativo. Outro aspecto que não deve ser negligenciado é o sentimento de pertencimento e motivação do funcionário. Para estreitar os laços afetivos e, ainda, alinhar os objetivos pessoais com os objetivos organizacionais, o *marketing* interno entende que os empregados devem sempre ser tratados como clientes.

Daí se infere que o *endomarketing* é:

- (A) uma prática utilitarista de *marketing* que visa transformar os funcionários tanto em divulgadores como consumidores de produtos ou serviços;
- (B) um treinamento permanente da gestão que preza pelo engajamento dos funcionários como estratégia de rentabilização de lucros;
- (C) um instrumento de gestão que visa a criar nos funcionários uma consciência quanto aos valores e à missão empresarial dentro de um clima organizacional positivo;
- (D) uma política de recursos humanos que favorece o bem-estar dos funcionários e seus dependentes com o intuito de engajá-los na qualidade total e no objetivo comum da organização;
- (E) uma ação do setor de comunicação interna da organização para que os funcionários conheçam os veículos de informação como boletins, revistas, rádios, malas-diretas e encartes de recursos humanos.

73

Slogans como “Abuse e Use C&A” (C&A), “Não saia de casa sem ele” (American Express), “Seja mais feliz em um Chevrolet” (Chevrolet) fazem uso de uma função da linguagem muito comum no texto publicitário, que é a:

- (A) referencial;
- (B) fática;
- (C) metalinguística;
- (D) emotiva;
- (E) conativa.

74

De acordo com o Art. 7º da Lei nº 12.232/2010, que dispõe sobre “as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências”, o plano de comunicação publicitária de que trata o inciso III do Art. 6º dessa lei será composto dos seguintes quesitos:

- 1. raciocínio básico;
- 2. estratégia de comunicação publicitária;
- 3. ideia criativa;
- 4. estratégia de mídia e não mídia.

Relacione os quesitos acima às suas funções.

- () Indicar e defender as linhas gerais da proposta para suprir o desafio e alcançar os resultados e metas de comunicação desejadas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação;
- () Ser apresentado sob a forma de exemplos de peças publicitárias, que corresponderão à resposta criativa do proponente aos desafios e metas por ele explicitados na estratégia e comunicação publicitária;
- () Apresentar um diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária do órgão ou entidade responsável pela licitação, a compreensão do proponente sobre o objeto da licitação e os desafios de comunicação a serem enfrentados;
- () Identificar as peças a serem veiculadas ou distribuídas e suas respectivas quantidades, inserções e custos nominais de produção e de veiculação, explicitando e justificando a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária sugerida pelo proponente e em função da verba disponível indicada no instrumento convocatório.

A sequência correta é:

- (A) 1; 3; 2; 4;
- (B) 4; 1; 3; 2;
- (C) 2; 3; 1; 4;
- (D) 1; 4; 2; 3;
- (E) 2; 4; 1; 3.

75

Leia o trecho a seguir, publicado no site da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

“A Abraji repudia a medida tomada pelo delegado Abel Mantovani Bovi, da Polícia Civil de Santa Catarina, de requisitar ao Intercept Brasil as fontes de informação da reportagem ‘Julgamento de *influencer* Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem’, de 3 novembro de 2020. A reportagem expôs abusos do Judiciário no caso da *influencer* Mari Ferrer, humilhada enquanto narrava, na Corte, sua denúncia de estupro.” (ABRAJI, 2024)

Sobre o sigilo da fonte, é correto afirmar que ele está:

- (A) condicionado, no Código de Ética dos Jornalistas, às reportagens cujo teor seja crítico ao poder público;
- (B) restrito, na Constituição Federal, aos investigadores policiais e membros da segurança dos governantes;
- (C) restrito, no Código de Ética dos Jornalistas, às matérias cujas fontes sejam pessoas públicas;
- (D) condicionado, pelo Código de Ética dos Jornalistas, à apresentação de diploma universitário e registro profissional para que possa ser exercido;
- (E) assegurado na Constituição Federal, que prevê que o sigilo da fonte seja resguardado, quando necessário ao exercício profissional.

76

As regras do Anexo X do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária “destinam-se a garantir que os anúncios de apostas sejam responsáveis, com particular atenção à necessidade de proteger crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de vulnerabilidade”. (CONAR, 2025)

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) as publicidades de apostas destinadas a adolescentes nunca devem apresentar o ato de apostar como sinal de maturidade ou passagem para a maioridade;
- (B) as publicidades de apostas não devem conter símbolos, recursos gráficos e animações, linguagem, personalidades ou personagens reconhecidamente pertencentes ao universo infantojuvenil;
- (C) pessoas que apareçam nas publicidades do segmento praticando apostas, desempenhando papel significativo ou de destaque, deverão ser e parecer maiores de 18 anos de idade;
- (D) todas as publicidades de apostas devem conter claramente um símbolo “21+” ou aviso de “proibido para menores de 21 anos”;
- (E) as publicidades de apostas não devem ser inseridas em nenhum canal, programa ou conteúdo de mídia direcionado ou voltado a menores de 21 anos.

77

Sobre os sistemas de representação da cor, é correto afirmar que:

- (A) os aparelhos de televisão e monitores de computador se baseiam no sistema subtrativo de cor;
- (B) impressão *offset*, pinturas e impressão digital se baseiam no sistema aditivo conhecido como RGB;
- (C) o sistema subtrativo, conhecido como CMYK, é o mais indicado para produção de peças a serem divulgadas em redes sociais digitais;
- (D) a cor obtida no sistema CMYK, ao serem combinados ciano e magenta, é o verde;
- (E) as cores primárias no sistema aditivo, mais comumente usado para produção de peças para *web*, são o vermelho, azul e o verde.

78

Em janeiro de 2025, a Meta anunciou que está abandonando, nos Estados Unidos, o uso de checagem independente de fatos no Facebook e no Instagram. A imagem abaixo, disponível em 08/01/2025 no site do Programa de Verificação de Fatos Independente da Meta, mostra um mapa-múndi com os parceiros verificadores de fatos independentes certificados pela *International Fact-Checking Network* (IFCN). Eles identificam, analisam e classificam desinformação viral no Facebook, no Instagram e no WhatsApp.



Os representantes no Brasil são:

- (A) Agência Pública, Projeto Comprova e Agência Lupa;
- (B) Aos Fatos, Fiquem Sabendo e Reuters;
- (C) Uol Confere, Fato ou Fake e Projeto Comprova;
- (D) Agência Lupa, Aos Fatos e Estadão Verifica;
- (E) AFP Hub, Uol Confere e Boatos.org.

79

A publicação inesperada de uma medida provisória com reflexos no preço dos combustíveis atende aos critérios de noticiabilidade de uma emissora radiofônica *all-news* de alcance nacional. É decidido que será noticiada a informação de duas maneiras ao longo do dia: imediatamente, de maneira sucinta, com os dados disponíveis até o momento e minutagem equivalente a 35”; na programação regular, de maneira ampliada, com sonoras e levantamento de dados, com minutagem de 2’30”.

Os dois formatos acima mencionados são, respectivamente, denominados:

- (A) nota; radiojornal;
- (B) flash; reportagem;
- (C) prefixo; entrevista;
- (D) toque informativo; notícia;
- (E) síntese noticiosa; documentário.

80

As metodologias de avaliação e medição de resultados em ações de assessorias de imprensa são assuntos relevantes. Tanto instituições públicas quanto privadas precisam prestar contas sobre as atividades desempenhadas e o resultado alcançado a partir dos investimentos realizados.

Contudo, aferir o desempenho de uma assessoria de imprensa com base unicamente em indicadores de performance quantitativos pode ser insuficiente, pois:

- (A) as métricas de resultado baseadas na centimetragem ou minutagem subordinam o jornalismo a uma lógica contábil de taxa de retorno;
- (B) um sistema de análise de imagem na mídia pondera por meio de indicadores qualitativos a maneira como a marca é captada pelos públicos estratégicos;
- (C) a clipagem é o método de mensuração que melhor demonstra a exposição da marca, produto ou serviço nas sociedades imagéticas contemporâneas;
- (D) a prática do *follow-up* apresenta retornos maiores ao se basear em relações interpessoais de assessores com indivíduos em cargos de chefia nas empresas jornalísticas;
- (E) a comparação do retorno do investimento no setor de assessoria de imprensa com os valores dos espaços publicitários obtidos de forma espontânea é parâmetro assertivo de ganho de imagem corporativa.

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

